

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

O ano de 2014 foi marcado pela recuperação sustentada dos Estados Unidos, fortalecimento do dólar e expectativas de mudança da política monetária americana, eventos que repercutiram por todos os países do globo. Já a Zona do Euro e Japão continuaram com dificuldades de retorno ao crescimento, ao mesmo tempo em que se defronta com tendências deflacionárias.

Os mercados emergentes iniciaram, em decorrência dos eventos mundiais, um processo de ajuste econômico, mas mantiveram crescimento, embora menor que no ano anterior.

No Brasil, a expectativa que se consolidou é de que o crescimento deverá ser modesto e a inflação deverá fechar o ano em torno do teto da meta de 6,41%, o que levou o Banco Central do Brasil, após altas consecutivas nas taxas básicas de juros, fechar o ano em 11,75% ao ano (a.a.).

Por sua vez, ao final do ano iniciou-se um processo de ajuste da taxa de câmbio, em boa parte devido à valorização do dólar americano, com desvalorização do real, o que deve estimular as exportações do Brasil e consequente melhoria da atividade industrial. A agroindústria ainda deverá ser fundamental para um bom resultado da balança comercial.

Segundo dados do relatório da Fenaprevi de dezembro de 2014, o setor registrou crescimento de 13,3% em arrecadação total contra o ano de 2013, fortemente impulsionado pelo produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), cuja arrecadação alcançou R\$ 71,2 bilhões, uma evolução de 14,5% com relação a 2013 (R\$ 62,2 bilhões). Já o produto Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R\$ 8,5 bilhões, um aumento de 8,0% em relação a 2013 (R\$ 7,9 bilhões). Os resgates do mercado vivo (PGBL e VGBL) totalizaram R\$ 39,0 bilhões em 2014, R\$ 51,1 milhões a mais que o valor apresentado em 2013 (R\$ 38,9 bilhões).

Em dezembro de 2014, as provisões técnicas do mercado nos produtos PGBL e VGBL atingiram R\$ 390,1 bilhões, um incremento de 20,5% frente a 2013. Já o total de provisões técnicas, incluindo o produto Tradicional, somou R\$ 431,7 bilhões, crescimento de 18,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Brasilprev

Com 21 anos de fundação, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é especialista no segmento de previdência privada e uma das maiores companhias deste setor. Com atuação em todo o território nacional e sede em São Paulo, tem como acionistas o BB Seguros e Participações S.A., braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e o Principal Financial Group, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos.

Com a missão de proporcionar soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida, a Brasilprev oferece planos de previdência complementar aberta para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

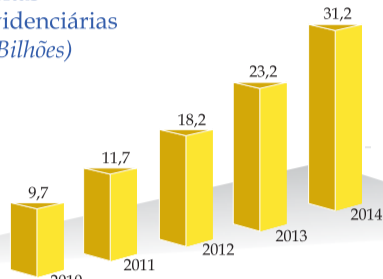
Atualmente a companhia atende 1,78 milhão de clientes, dos quais 13% fazem parte da carteira de planos empresariais e 87% a planos individuais - destes, 36% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

Anualmente a Brasilprev vem registrando crescimento acima da média do mercado. Esse desempenho é reflexo, entre outros fatores, da ágil e eficiente administração, unida a uma postura inovadora no desenvolvimento de produtos e serviços, da credibilidade e solidez de seus acionistas e do comprometimento de seus colaboradores.

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da Brasilprev em 2014 em comparação a 2013:

- As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$31,2 bilhões, representando crescimento de 34,7% e garantindo à companhia o 1º lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação das modalidades PGBL e VGBL.

Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)

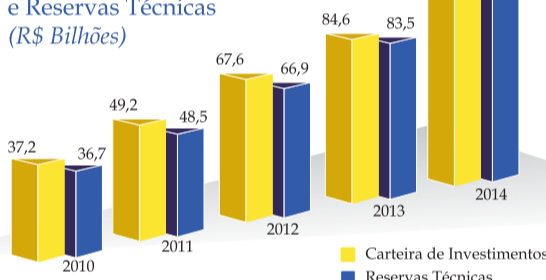


A carteira de investimentos apresentou crescimento de 34,0%, totalizando R\$113,3 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- O saldo das reservas técnicas evoluiu 34,0% em relação ao período de 2013, totalizando R\$111,9 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$1,4 bilhão a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Carteira de Investimentos e Reservas Técnicas (R\$ Bilhões)

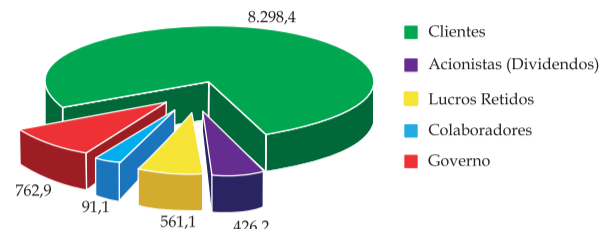


O lucro líquido no período até dezembro de 2014 atingiu R\$987,3 milhões, apresentando um aumento de 69,5% sobre o período de 2013 (R\$582,5 milhões).

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no Estatuto da companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A riqueza gerada pelas operações da Brasilprev com base nos resultados obtidos até dezembro de 2014 foi distribuída conforme gráfico apresentado a seguir:

(Em Milhões de Reais)



Prêmios e Reconhecimentos

Em 2014 importantes prêmios foram concedidos à Brasilprev. Entre eles, destaca-se o reconhecimento da empresa, pela quinta vez, como "A Mais Admirada do Brasil" no segmento de previdência privada, concedido pela revista Carta Capital. A companhia também foi eleita, pela 12ª vez consecutiva, como "A Mais Lembrada e Preferida" em previdência privada na pesquisa "Marcas de Quem Decide", que classifica as marcas de maior relevância no Rio Grande do Sul. Recebeu também o prêmio "Segurador Brasil", promovido pela Brasil Notícias Editora e Comunicação Empresarial, na categoria melhor desempenho global em previdência privada.

Pela 9ª vez a Brasilprev foi reconhecida pelo atendimento prestado aos participantes de seus planos com o prêmio "Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente", na categoria previdência e capitalização.

A organização figurou ainda como uma das "150 Melhores Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas" e uma das "100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa", em reconhecimentos organizados pela Gestão e RH Editora.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação e qualidade na distribuição de nossos produtos, ao Principal Financial Group pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios e aos nossos colaboradores, pelo indispensável comprometimento e empenho na conquista de resultados sustentáveis.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2015

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2014	2013
Rendas de contribuições e prêmios	31.031.637	22.988.211
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(30.892.185)	(22.856.363)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	139.452	131.848
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	1.236.016	1.021.059
(-) Variação de outras provisões técnicas	(1.814)	(56.373)
(-) Benefícios retidos	(51.908)	(48.624)
(-) Custos de aquisição (nota 15a)	(303.731)	(246.432)
(+) Outras receitas e despesas operacionais (nota 15b)	(13.659)	(9.906)
(+) Contribuições para cobertura de riscos	195.905	188.216
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	(1.807)	14.724
(=) Prêmios ganhos	194.098	202.940
(-) Sinistros ocorridos	(6.025)	(7.742)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 15b)	(10.308)	(4.015)
(-) Despesas administrativas (nota 15c)	(272.364)	(256.505)
(-) Despesas com tributos (nota 15d)	(104.174)	(85.818)
(+) Resultado financeiro (nota 15e)	834.589	325.311
(=) Resultado operacional	1.640.172	965.743
(+) Resultado patrimonial	-	3.46
(+) Ganhos e perdas com ativos não correntes	(47)	73
(=) Resultado antes dos impostos e participações	1.640.125	969.162
(-) Imposto de renda (nota 16)	(396.003)	(231.546)
(-) Contribuição social (nota 16)	(247.945)	(145.449)
(-) Participações sobre o resultado	(8.880)	(9.670)
(=) Lucro líquido do exercício	987.297	582.497
Quantidade de ações	2.290.080	2.290.080
Lucro líquido por ação - R\$	431,12	254,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	987.297	582.497
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	919	67
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(368)	(27)
Resultado abrangente	551	40
Resultado abrangente total	987.848	582.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido do exercício	987.297	582.497
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações de benfeitorias	3.892	3.820
Equivalência patrimonial	-	(3.346)
Despesas antecipadas	13.987	12.976
Custos de aquisição diferidos	221.403	108.664
Amortização de ativos intangíveis	8.691	25.240
Gainho ou perda na alienação de imobilizado	47	(74)
Lucro líquido ajustado do exercício	1.235.317	729.777
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(28.757.793)	(16.982.652)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(156)	614
Ativos de resseguro	27	2.660
Créditos fiscais e previdenciários	(229)	(7.819)
Despesas antecipadas	(13.644)	(13.050)
Outros ativos	(437.313)	(229.275)
Depósitos judiciais e fiscais	98.694	(35.586)
Fornecedores e outras contas a pagar	624	165.215
Impostos e contribuições	553.220	344.829
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.074	(2.715)
Débitos das operações com previdência complementar	1.442	391
Depósitos de terceiros	12.702	4.336
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	25.339.665	14.319.689
Provisões técnicas - Previdência complementar	3.038.903	2.274.149
Provisões judiciais	162.055	48.858
Outros passivos	13.957	11.036
Tributos diferidos - Ajuste valor justo ativos financeiros	551	40
Caixa consumido pelas operações	(180.609)	(99.280)
Caixa consumido pelas operações	(323.601)	(164.443)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(227.814)	(77.299)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	503.293	388.755
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(24.763)	12.000
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	128	396
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3.007)	(3.278)
Intangível	(21.884)	(9.395)
Incorporação de controlada	-	24.277
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimento	(24.763)	12.000
Atividade de financiamento		
Dividendos recebidos	-	4.023
Dividendos pagos	(479.065)	(404.234)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(479.065)	(400.211)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(535)	544
Caixa e equivalente de caixa no início do período	557	13
Caixa e equivalente de caixa no final do período	22	557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 483/2014.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia opera.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	31.12.2014	31.12.2013	PASSIVO	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO	31.12.2014	31.12.2013	Circulante	11.981.142	8.899.096
Circulante	104.704.773	76.464.034	Caixas a pagar	308.277	265.891
Disponível (nota 3b)	22	557	Obrigações a pagar	65.939	39.314
Caixa e bancos	22	557	Impostos e encargos sociais a recolher	57.912	44.676
Aplicações (nota 5)	104.394.292	76.210.781	Encargos trabalhistas	7.851	7.133
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.648	1.471	Impostos e contribuições (nota 9)	176.573	174.768
Prêmios a receber	1.648	1.471	Outras contas a pagar	2	2
Créditos das operações com previdência complementar	-	21	Débitos de operações com seguros e resseguros	6.954	2.880
Valores a receber	-	21	Corretores de seguros e resseguros	6.786	2.647
Outros créditos operacionais	-	3.937	Outros débitos operacionais	168	233
Títulos e créditos a receber	24.601	26.308	Débitos de operações com previdência complementar	3.143	1.700
Títulos e créditos a receber	17.579	19.321	Débitos de resseguros	821	398
Créditos tributários e previdenciários (nota 16)	6.226	6.377	Outros débitos operacionais	2.322	1.302
Outros créditos	796	610	Depósitos de terceiros (nota 10)	36.587	23.885
Despesas antecipadas	43	386	Provisões técnicas - Seguros (nota 13)	8.255.651	5.641.916
Custos de aquisição diferidos (nota 13)	284.167	220.573	Vida com cobertura por sobrevivência	8.255.651	5.641.916
Seguros	267.519	204.763	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 13)	3.370.530	2.962.824
Previdência	16.648	15.810	Planos não bloqueados	3.370.530	2.962.824
Ativo não circulante	9.839.205	8.995.936	Passivo não circulante	100.630.934	75.111.386
Realizável a longo prazo	9.649.214	8.818.078	Contas a pagar	476	108
Aplicações (nota 5)	8.920.431	8.346.148	Tributos diferidos	476	108
Ativo de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	195	222	Provisões técnicas - Seguros (nota 13)	72.190.505	49.464.576
Outras provisões	195	222	Vida com cobertura por sobrevivência	72.190.505	49.464.576
Títulos e créditos a receber	318.325	219.251	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 13)	28.104.909	25.473.713
Créditos tributários e previdenciários (nota 16)	21.441	21.061	Planos não bloqueados	28.104.909	25.473.713
Depósitos judiciais e fiscais (nota 14)	296.884	198.190	Outros débitos (nota 14)	335.044	172.989
Custos de aquisição diferidos (nota 13)	410.263	252.457	Provisões judiciais	335.044	172.989
Seguros	392.998	237.886	Patrimônio líquido (nota 11)	1.931.902	1.449.488
Previdência	17.265	14.571	Capital social	602.955	602.955
Imobilizado (nota 7)	16.192	17.251	Reservas de lucros	1.328.233	846.370
Bens móveis	8.138	9.016	Ajustes de avaliação patrimonial	714	163
Outras imobilizações	8.054	8.235	Total passivo e patrimônio líquido	114.543.978	85.459.970
Intangível (nota 8)	173.799	160.607			
Outros intangíveis	173.799	160.607			
Total ativo	114.543.978	85.459.970			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	358.858		67.748	630.278	123		1.107.647
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 5.154/13 de 15/02/2013	50.640	(50.640)	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação - AGE/O de 28/02/2013	-</						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.

As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de resgate ou benefício apurada com base no histórico da companhia.

e) Classificação dos contratos de seguros

A companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Ajuste do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As rendas com taxa de gestão são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido desses fundos.

As receitas com taxa de carregamento são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas-correntes em bancos), considerados o valor patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

c) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da classificação com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

III. Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se o ativo está deteriorado ou "impaired", tomando por base se o emissor ou devedor possuiu histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros
Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

f) Custos de aquisição diferidos

São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 e/ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado
- Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
- Benefetórias em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

h) Intangível

Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos. Em 19 de dezembro de 2011, foi celebrado entre MAPFRE Brasil Participações S.A., BB Seguros Participações S.A. e Brasilprev Seguros e Previdência S.A. o "Contrato de Compra e Venda de Ações", onde a companhia formalizou sua intenção de adquirir o controle societário da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

Em 16 de janeiro de 2012, foi apresentado à SUSEP o pedido de autorização para a realização dessa operação. A autorização prévia foi concedida em 13 de junho de 2012, através da Carta nº 173/2012/SUSEP-SEGER. O montante envolvido nessa transação foi liquidado em 31 de julho de 2012. Essa operação foi aprovada de forma definitiva em 20 de agosto de 2013 através da Portaria SUSEP nº 5.475. A SUSEP em 10 de outubro de 2013, através da Carta nº 450/2013/SUSEP-SEGER concedeu à Brasilprev Seguros e Previdência S.A. autorização prévia para a incorporação da Brasilprev Nosso Futuro Vida e Previdência S.A. (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.). Essa operação foi aprovada de forma definitiva em 8 de setembro de 2014 através da portaria SUSEP nº 6.011.

O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuído a carteira, considerando a projeção da carteira, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. O teste de impairment foi realizado para a data-base de balanço com o objetivo de assegurar que o valor total pago não excede seu valor de recuperação.

i) Passivos circulante e não circulante

Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata" die) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

j) Resseguro

A Brasilprev mantém contrato de resseguro de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 2,11% e 4,02%. A Munich Re está classificada como resseguradora local e apresenta rating A3.

Para a cobertura de catástrofe foi celebrado contrato com o IRB Brasil Re S.A., que é também classificado como ressegurador local e apresenta rating A-.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP. As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a Regulamentação Vigente (Resolução CNSP nº 281/2013 e Circular SUSEP nº 462/2013), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se aqueles já em gozo de benefícios. Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro-rata" die em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 36 meses sendo bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP.

Outras provisões técnicas (OPT) inclui as provisões insuficiência de contribuições, insuficiência de prêmios e oscilação financeira foram integralmente revertidas no total de R\$1.003 milhões, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 462/13.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos.

A provisão de excedentes financeiros (PEF), corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, reversão aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

As constituições e repessões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios. Em 2014, a metodologia desta provisão foi ampliada para todas as formas de pagamento de benefícios e capitalização integral, cujo efeito no resultado foi de R\$55 milhões.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) correspondente aos valores a serem regularizados junto aos clientes.

Sob a rubrica de "Créditos de resseguros" apresentada no ativo não circulante, constam os ativos de resseguro relacionados às provisões de riscos (PPNG, IBNR) constituídos em função do repasse do plano de resseguro.

A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão

de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro referentes a planos em acumulação é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 5 anos. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

l) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11, e segundo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 457/2012. Semestralmente a companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo bruto de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da companhia com o período máximo de 3 anos; e
- Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 457/2012, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do Mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida;

Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR", aprovada provisoriamente pela SUSEP para utilização na data-base de 31/12/2014, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis. As eventuais insuficiências são reconhecidas no resultado com o respectivo incremento da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O teste realizado para a data-base de 31/12/2014 apresentou insuficiência total no montante de R\$514 milhões, que foi integralmente provisionada na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), dado que, em dezembro de 2014, a companhia optou pela não utilização da facultade prevista no §2º e no §3º do art. 8º da Circular SUSEP nº 457 de 2012.

m) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis independente da probabilidade de perda. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 14.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Para a data-base do balanço, foi realizado o teste de impairment considerando duas Unidades Geradoras de Caixa (UOC).

- (i) Carteira de Clientes que possuam planos de previdência da MNCVP; e
- (ii) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo BNC, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.

O resultado do teste não indicou evidências de perda por impairment.

	31.12.2014				31.12.2013			
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
Valor justo por meio do resultado	105.564.025	104.384.297	(1.179.728)	92,12	77.752.653	76.210.781	(1.541.872)	90,13
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	1.001.240	995.728	(5.512)	0,88	1.053.403	1.042.233	(11.170)	1,23
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	38.826	38.826	-	0,03	39.676	39.676	-	0,03
Contratos DI Futuro	(209)	(209)	-	(0,02)	(217)	(217)	-	(0,00)
Debêntures	4.956	4.535	(421)	0,00	5.203	4.816	(387)	0,01
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	594.647	587.465	(7.182)	0,52	427.550	418.180	(9.370)	0,49
Letras Hipotecárias (LH)	40.231	42.269	2.038	0,04	39.455	41.291	1.836	0,05
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	21.825	22.231	406	0,03
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	19.673	20.184	511	0,02	18.852	19.516	664	0,02
Letra do Tesouro Nacional (LTF)	5.112.398	5.234.316	(458)	0,35	25.449	21.128	(4.321)	0,02
Operação Compromissada	308.333	308.333	-	0,27	300.245	300.245	-	0,36
Letra Financeira (LF)	-	-	-	-	4.074	4.076	2	0,00
Outros (*)	(10.911)	(10.911)	-	(0,01)	171.291	171.291	-	0,20
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	104.310.996	103.156.567	(1.154.429)	91,04	76.449.184	74.940.071	(1.509.113)	88,63
Ações (**)	1.707.119	1.707.119	-	1,51	1.944.641	1.944.641	-	2,30
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	394.190	394.628	438	0,35	1.650.847	1.651.602	755	1,95
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	4.487	4.487	-	0,00	4.900	4.900	-	0,01
Contratos DI Futuro	(26.916)	(26.916)	-	(0,02)	(14.518)	(14.518)	-	(0,02)
Contratos Futuros de Ibovespa	(1.678)	(1.678)	-	(0,00)	382	382	-	0,00
Debêntures	6.622.883	6.534.614	(88.269)	5,77	6.510.178	6.472.948	(37.230)	7,66
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	45.629	45.800	171	0,04	98.399	98.776	381	0,12
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	28.804.907	28.070.742	(734.165)	24,77	23.930.306	22.507.565	(822.741)	26,62
Letra Financeira (LF)	5.112.398	5.112.714	316	4,91	3.816.744	3.822.219	5.475	0,14
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	8.267.375	8.083.000	(184.375)	7,13	9.933.171	9.450.824	(482.347)	11,18
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	4.660.057	4.587.530	(72.527)	4,05	7.328.691	7.185.730	(142.961)	8,50
Operação Compromissada	33.416.660	33.416.660	-	29,49	11.273.519	11.273.519	-	13,33
Cotas de FDIC de outros Bancos	783.563	783.563	-	0,62	934.800	904.783	(30.017)	1,07
Nota Promissória (NP)	213.468	213.468	-	0,19	175.205	175.205	-	0,21
Letra Financeira (LF)	14.311.789	14.314.380	2.581	12,63	9.463.244	9.462.816	(428)	11,19
Outros (*)	(4.945)	(4.945)	-	(0,00)	(1.321)	(1.321)	-	(0,00)
Carteira Própria	251.789	232.002	(19.787)	0,20	250.066	228.477	(21.589)	0,27
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	51.178	51.178	-	0,05	50.880	50.880	-	0,06
Debêntures	19.797	16.229	(3.568)	0,01	21.086	18.909	(2.177)	0,10
Letras Hipotecárias (LH)	154.767	138.508	(16.259)	0,12	154.774	135.300	(19.474)	0,16
Letra Financeira (LF)	26.047	26.047	-	0,02	2.388	2.388	-	0,03
Disponível para venda	34.418	35.608	1.190	0,03	31.169	31.440	271	0,04
Carteira Própria	34.418	35.608	1.190	0,03	31.169	31.440	271	0,04
Debêntures	34.418	35.608	1.190	0,03	31.169	31.440	271	0,04
Mantidos até o vencimento	8.894.818	10.623.034	1.728.216	7,85	8.314.708	9.758.758	1.444.050	9,83
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	5.446.505	6.400.829	954.324	4,81	5.196.409	5.974.819	778.410	6,15
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.015.920	2.283.747	267.827	1,78	1.888.551	2.051.440	162.889	2,23
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	3.326.975	4.012.664	685.689	2,94	3.207.665	3.823.247	615.582	3,79
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	80.062	81.144	1.082	0,07	78.904	79.093	189	0,09
Carteira Própria	3.448.313	4.222.205	773.892	3,04	3.118.299	3.783.939	665.640	3,69



BRASILPREV



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	48.850.151	55.550.002	104.384.297	46.282.464	29.758.347	76.210.781
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	612.676	393.963	995.728	480.838	390.104	1.042.233
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	38.826	38.826	-	39.676	39.676
Contratos DI Futuro	(209)	(209)	(418)	(217)	(418)	(418)
Debitivas	4.535	(209)	4.326	4.816	(418)	4.398
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	587.465	-	587.465	418.180	-	418.180
Letras Hipotecárias (LH)	-	42.269	42.269	41.291	-	41.291
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	22.231	-	22.231
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	20.184	-	20.184	19.516	-	19.516
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	5.236	-	5.236	21.128	-	21.128
Operação Compromissada	-	308.333	308.333	300.245	-	300.245
Letra Financeira (LF)	-	-	-	4.076	-	4.076
Outros (*)	-	(10.911)	(10.911)	171.291	-	171.291
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	48.237.475	54.924.037	103.156.567	45.801.626	29.139.766	74.940.071
Agêes	1.707.119	-	1.707.119	1.944.641	-	1.944.641
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	394.628	394.628	-	1.651.602	1.651.602
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	4.487	4.487	-	4.900	4.900
Contratos DI Futuro	(26.916)	-	(26.916)	(14.518)	-	(14.518)
Contratos Futuros de Ibovespa	(1.678)	-	(1.678)	382	-	382
Debitivas	6.534.614	6.534.614	13.069.228	6.472.948	6.472.948	12.945.896
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	45.800	-	45.800	98.776	-	98.776
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	28.070.742	-	28.070.742	22.507.565	-	22.507.565
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.112.714	-	5.112.714	3.822.219	-	3.822.219
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	8.083.000	-	8.083.000	9.450.824	-	9.450.824
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	4.587.530	-	4.587.530	7.185.730	-	7.185.730
Operação Compromissada	-	33.416.660	33.416.660	11.273.519	-	11.273.519
Cotas de FIDC de outros Bancos	704.964	-	704.964	904.783	-	904.783
Nota Promissória (NP)	213.468	-	213.468	175.205	-	175.205
Letra Financeira (LF)	14.314.380	-	14.314.380	9.462.816	-	9.462.816
Outros (*)	-	(4.945)	(4.945)	(1.321)	-	(1.321)
Carteira Própria	232.002	232.002	464.004	228.477	228.477	456.954
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	51.178	51.178	102.356	50.880	50.880	101.760
Debitivas	16.229	16.229	32.458	18.909	18.909	37.818
Letras Hipotecárias (LH)	138.508	138.508	277.016	135.300	135.300	270.600
Letra Financeira (LF)	26.087	26.087	52.174	23.388	23.388	46.776
Disponível para venda	35.608	35.608	71.216	31.440	31.440	62.880
Carteira Própria	35.608	35.608	71.216	31.440	31.440	62.880
Debitivas	35.608	35.608	71.216	31.440	31.440	62.880
Manifícios até o vencimento	10.623.034	10.623.034	21.246.068	9.758.758	9.758.758	19.517.516
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	6.400.829	-	6.400.829	5.974.819	-	5.974.819
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	23.274	-	23.274	21.039	-	21.039
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.283.747	-	2.283.747	2.051.440	-	2.051.440
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	4.012.664	-	4.012.664	3.823.247	-	3.823.247
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	81.144	-	81.144	79.093	-	79.093
Carteira Própria	4.222.205	-	4.222.205	3.783.939	-	3.783.939
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.434.285	-	1.434.285	1.132.265	-	1.132.265
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2.787.920	-	2.787.920	2.651.674	-	2.651.674
Total Aplicações	59.473.185	55.585.610	115.042.939	56.041.222	29.789.787	86.000.979

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.

Desempenho das aplicações

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). No ano de 2014, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda" e os investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiram 107,41% no acumulado do exercício em relação ao referido benchmark.

Cobertura das provisões técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELI), pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC) ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R\$111.921.400 (R\$83.542.807 em 31 de dezembro de 2013), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através das Resoluções nº 3.308 de 31 de agosto de 2005 e nº 3.358 de 31 de março de 2006.

	31.12.2014	31.12.2013
Total das provisões técnicas	111.921.595	83.543.029
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	195	222
Total a ser coberto	111.921.400	83.542.807
Aplicações	113.314.723	84.556.929
Total dado em cobertura	113.314.723	84.556.929
Ativos garantidores	111.921.400	83.542.807
Ativos livres	1.393.323	1.014.122

Ativo imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Equipamentos de telecomunicações e informática	13.430	9.418
Móveis, máquinas e utensílios	(8.163)	(2.054)
Veículos	609	609
Benefitórias em imóveis de terceiros	429	11.648
Total	5.267	8.235
Depreciação acumulada	(2.267)	(1.844)
Saldo 31/12/2013 líquido	3.000	6.391
Adições	953	672
Baixas	(1.361)	(399)
Depreciações	(476)	(256)
Saldo 31/12/2014 líquido	2.116	6.018
Custo	13.022	5.691
Depreciação acumulada	(8.739)	(2.350)

Ativo intangível

O intangível está composto como segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Carteira/Canal(1)	84.584	25.870
Desenvolvimento de sistema - Projetos	(54.849)	(14.848)
Licenças de uso de software	609	823
Total	29.344	11.845
Custo	142.321	84.584
Amortização acumulada	(22.471)	(54.849)
Saldo 31/12/2013 líquido	119.850	29.735
Adições	19.573	2.311
Amortizações	(203)	(6.419)
Baixas	(10)	(34)
Saldo 31/12/2014 líquido	119.647	27.592
Custo	142.321	104.147
Amortização acumulada	(22.674)	(61.268)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

Impostos e contribuições

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de renda	123.596	69.899
Contribuição social	47.637	102.296
Cofins	4.750	2.267
Pis	577	284
Outros	13	22
Total	176.573	174.678

Depósitos de terceiros

	31.12.2014	31.12.2013
Até 30 dias	30.129	23.470
De 31 a 180 dias	6.278	78
De 181 a 360 dias	-	271
Acima de 360 dias	180	66
Total	36.587	23.885

Patrimônio líquido

O capital social está representado por 2.290.080 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.145.040 ordinárias e 1.145.040 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2014, foi deliberada a distribuição do lucro do exercício de 2013, no montante de R\$582.497, da seguinte forma: (i) Reserva Legal no montante de R\$29.125, (ii) pagamento de dividendos no montante de R\$404.234 sendo que (a) parcela no montante de R\$130.598 foram pagos durante o exercício de 2013, a título de antecipação, e (b) o Estatuto Social da companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido contábil. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$273.636. A Administração divulgou sua proposta de distribuição do lucro do exercício de R\$246.824 relativos ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido contábil previsto no Estatuto Social da companhia, dos quais R\$205.429 foram pagos antecipadamente durante o exercício.

12 Demonstrativo do patrimônio líquido ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido

Nos termos das Resoluções CNP nºs 228/2010, 280/2013, 283/2013, 316/2014 e 317/2014 as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio líquido	1.931.902	1.931.902
(-) Despesas antecipadas	(43)	(43)
(-) Intangível	(173.799)	(173.799)
Patrimônio líquido ajustado (a)	1.758.060	1.758.060
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	1.143.075	1.143.075
Capital base (c)	1.143.075	1.143.075
Capital adicional de risco (d)	1.023.649	52.442
Capital adicional de risco de subscrição	52.442	92.222
Capital adicional de risco operacional	(25.238)	614.985
Redução de correlação de riscos	-	-
Suficiência de Capital (a) - (b)	614.985	614.985

O índice de liquidez em relação ao CMR em 31 de dezembro de 2014 é de 122% e o requerido pela resolução CNP nº 302/2013 é de 20%, equivalente à R\$1.393.323 (nota explicativa 6) e R\$228.615, respectivamente.

13 Provisões técnicas e custos de comercialização diferidos

	Saldo em 31.12.2013	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31.12.2014
Passivo Circulante	5.519.014	1.952.215	594.151	8.065.380	10.319
Provisões - Vida com Cobertura de Sobrevivência	7.715	32.275	30.535	864	10.319
Matemática de Benefícios Concedidos	64	144	97	-	111
Excidente Financeiro - PMBC	18	-	-	1	19
Sinistros a Liquidar	105.844	180.844	147.681	156	139.163
Resgates e outros Valores a Regularizar	9.261	31.497	99	-	40.857
Despesas Relacionadas	5.941	128.195	126.803	-	11.333
Total Vida com Cobertura de Sobrevivência	5.641.916	2.196.975	178.412	595.112	8.255.651
Provisões - Previdência Complementar	15.000	-	-	-	15.000
Matemática de Benefícios Concedidos	2.677.052	116.113	25.697	3.003.633	3.003.633
Matemática de Benefícios Concedidos	194.708	72.652	63.079	22.110	276.549
Sinistros a Liquidar	28.205	5.020	6.575	-	39.800
Resgates e outros Valores a Regularizar	31.932	43.309	24.741	187	50.687
Despesas Relacionadas	9.834	30.660	150	-	40.344
Prêmios não Ganhos	9.941	128.195	126.803	-	11.333
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	11.152	326.620	127.398	-	10.374
Total Previdência Complementar	2.892.824	522.569	374.443	259.580	3.370.530
Total	8.694.740	2.719.544	552.855	854.752	11.626.181

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

	Saldo em 31.12.2013	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31.12.2014
Provisões - Vida com Cobertura de Sobrevivência	49.464.576	17.646.423	239.140	5.318.646	72.190.505
Matemática de Benefícios a Conceder (*)	49.357.869	17.459.121	-	5.313.630	72.130.620
Matemática de Benefícios Concedidos	44.769	187.302	177.202	5.016	59.885
Outras Provisões Técnicas - OPT	61.938	-	61.938	-	-
Insuficiência de Contribuição - PIC	61.604	-	61.604	-	-
Oscilação Financeira	334	-	334	-	-
Total Vida com Cobertura de Sobrevivência	49.464.576	17.646.423	239.140	5.318.646	72.190.505
Provisões - Previdência Complementar	22.812.072	1.038.423	185.806	2.008.001	25.672.690
Matemática de Benefícios a Conceder (*)	11.293.934	4.021.617	366.062	128.314	1.313.803



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	31.12.2013					Total
	AAA	AA	A	BBB	Outros (2)	
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	5.767.323	-	-	-	-	6.236.642
Energia Elétrica	4.264	-	-	-	-	4.264
Finanças Estruturadas	39.676	-	-	-	-	39.676
Financeiro	45.368	-	-	-	-	45.368
Infra estrutura e Transporte	551	-	-	-	-	551
Títulos Públicos	5.677.464	-	-	-	-	5.677.464
Sem Rating	-	-	-	-	471.319	471.319
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	56.374.962	4.967.650	359.209	35.547	1.944.641	74.940.071
Agãos	-	-	-	-	1.944.641	1.944.641
Administração e Participação	474.012	-	-	-	-	474.012
Aviação e Transportes	-	117.911	19.256	-	-	137.167
Bebidas e Alimentos	-	-	-	10.990	-	10.990
Construção e Incorporação	24.109	225.500	129.434	-	-	379.043
Consumo e Varejo	-	415.375	-	-	-	415.375
Educação	-	1.611	-	-	-	1.611
Energia Elétrica	289.429	1.487.940	122.533	-	-	1.899.902
Finanças Estruturadas	655.876	253.808	-	-	-	909.684
Financeiro	10.905.596	246.378	36.663	24.557	-	11.213.194
Infraestrutura e Logística	-	248.284	51.323	-	-	299.607
Infraestrutura e Transporte	279.909	87.758	-	-	-	367.667
Sem Rating	-	-	-	-	11.258.062	11.258.062
Serviços de Água	-	376.130	-	-	-	376.130
Siderurgia e Metalurgia	255.175	262.281	-	-	-	517.456
Telecomunicações	524.518	1.004.044	-	-	-	1.528.562
Saúde/Farmacêuticos	-	170.589	-	-	-	170.589
Títulos Públicos	-	24.510	-	-	-	24.510
Telecomunicações	42.966.338	-	-	-	-	42.966.338
Construção Pesada	-	45.531	-	-	-	45.531
Carteira Própria	3.330.391	47.825	-	-	-	3.378.216
Energia Elétrica	-	31.191	-	-	-	31.191
Finanças Estruturadas	50.880	-	-	-	-	50.880
Financeiro	158.688	-	-	-	-	158.688
Infraestrutura e Transporte	2.274	-	-	-	-	2.274
Mineração	250	-	-	-	-	250
Telecomunicações	-	16.634	-	-	-	16.634
Títulos Públicos	3.118.299	-	-	-	-	3.118.299
Total Aplicações	65.472.676	5.015.475	359.209	35.547	1.944.641	84.556.929

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos.
(1) Exposição a risco de mercado.
(2) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de rating por emissão.

Exposição máxima ao risco de crédito
A administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

b) Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alçada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela companhia classificados segundo os prazos de vencimento esperados dos fluxos de caixa. Os papéis dados em cobertura das provisões técnicas no montante de R\$11.313.314.723, serão replicados na data de vencimento de acordo com a maturidade dos passivos atuariais.

	31.12.2014				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Aplicações	104.285.391	3.255.480	5.773.852	-	113.314.723
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.648	-	-	-	1.648
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	-	-
Ativo de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	-	195	-	-	195
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-
Títulos e créditos a receber	24.601	318.325	-	-	342.926
Despesa antecipada	43	-	-	-	43
Custos de aquisição diferidos	284.167	410.263	-	-	694.430
Total ativo	104.595.850	3.984.263	5.773.852	-	114.353.965
Passivo					
Provisões técnicas - Seguros e previdência complementar	11.626.181	25.000.303	75.295.111	111.921.595	
Contas a pagar	308.277	476	-	308.753	
Débitos das operações com seguros e resseguros	6.954	-	-	6.954	
Débitos das operações com previdência complementar	3.143	-	-	3.143	
Depósitos de terceiros	36.587	-	-	36.587	
Outros débitos (provisões judiciais)	-	335.044	-	335.044	
Total passivo	11.981.142	25.335.823	75.295.111	112.612.076	

A alocação das Provisões Técnicas nos prazos de vencimento apresentados obedece aos critérios descritos na nota explicativa 3k.

c) Risco de subscrição
O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revistas periodicamente e aprovadas pela diretoria.
Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da entidade auditada são adequados e suficientes para garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos riscos, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Brasilprev. Avalia, também, no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. A EY Auditores Independentes é responsável pela prestação de serviços de auditoria atuarial independente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais
A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade auditada.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev

em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da entidade auditada são adequados e suficientes para garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos riscos, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Brasilprev. Avalia, também, no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. A EY Auditores Independentes é responsável pela prestação de serviços de auditoria atuarial independente.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
O Comitê de Auditoria da Brasilprev, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e externa. Os administradores da Brasilprev são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos riscos, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da Brasilprev. Avalia, também, no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. A EY Auditores Independentes é responsável pela prestação de serviços de auditoria atuarial independente.

Antonio Martiniano Filho
Membro Coordenador do Comitê de Auditoria

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

Diego Hernan Silva Robert
Conselheiro Titular

Marta Viegas Rocha
Conselheira Titular

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Tarciso Okamoto
Conselheiro Titular

O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº 462, de 2013 e auditadas conforme Resolução CNSP nº 311, de 2014, sendo realizados testes de consistência. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade
Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações.

Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivo sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

a) A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada;

b) A hipótese de anuitização reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a anuitização, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada;

c) A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada.

d) A ETI reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR" aprovada provisoriamente pela SUSEP para 31/12/2014 e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

Fatores de risco

Sensibilidade

Patrimônio

Resultado

Patrimônio

Resultado

Resgate

Anuitização

Longevidade

ETI

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado
O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças não esperadas nos preços, indexadores, moedas, taxas e prazos de direitos e obrigações.

Para controle do risco de mercado, a companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. São definidos limites de Tracking Error, Duration e análise ad hoc de volatilidade dos fundos operacionais e da concorrência nas carteiras de ativos vinculados à fase de acumulação dos produtos PGBL e VGBL.

Além disso, nos portfólios em que a companhia oferece garantias de taxas de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais), conta com um modelo e processo estruturado de gestão de ativos e passivos (Assets/Liabilities Management - ALM) no qual são avaliados os casamentos de indexadores, dos fluxos de caixa de curto e longo prazo, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade
Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação.

O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do período e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev.

Fatores de risco

Sensibilidade

Patrimônio

Resultado

Patrimônio

Resultado

Taxa de juros (*)

Taxa de juros ()**

Cupom

Cupom

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional
O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causam prejuízos às atividades normais da companhia ou danos a seus ativos físicos.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado por meio de levantamento junto aos gestores, considerando a percepção sobre a existência ou não de um risco e quanto este pode trazer de perdas para a companhia. A mensuração é definida a partir do conhecimento das variáveis, impacto e frequência, associadas aos eventos de perdas identificados.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev

em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.